

CHIPRE: QUESTÕES GEOPOLÍTICAS

Cyprus: geopolitical issues

Dante Severo Giudice¹
Mariana de Oliveira Santana²
Vera Lúcia Santos de Jesus³
Michele Paiva Pereira⁴

Recebido em: novembro de 2017

Aceito e publicado em: dezembro de 2017

Resumo: Chipre é um país mediterrâneo, situado a sul da Turquia, e considerado uma nação transcontinental, que por definição é um estado cujo território contíguo se estende por mais de um continente, o que não é especificamente o caso, mas por ter na sua composição étnica gregos e turcos, pode ser considerado, por questões culturais, um elo entre a Europa e a Ásia. O trabalho tem como objetivo o estudo das questões geopolíticas cipriotas, e foi usada como metodologia a pesquisa bibliográfica, e a análise dos trabalhos existentes.

Palavras-Chave: Geopolítica; Ásia; Europa.

Abstract: *Cyprus is a Mediterranean country, situated to the south of Turkey, and considered a transcontinental nation, that by definition is a state whose contiguous territory extends by more of a continent, which is not specifically the case, but to have in its ethnic composition Greek and Turkish, can be considered, for cultural reasons, a link between Europe and Asia. The work aims at the study of the geopolitical issues of Cypriot, and was used as methodology the bibliographical research, and the analysis of the existing works.*

Key words: *Geopolitic; Asia; Europe.*

INTRODUÇÃO

Chipre é um país dividido desde 1974, uma das muitas questões geopolíticas que envolvem o país desde que começou a ser colonizado, no segundo milênio a.C.. Sofreu ocupação de várias potências, e a eles foi anexado temporariamente, até ser arrendado ao império britânico, que assumiu a sua administração de fato em 1878, ficando sob jugo inglês até sua independência em 1960.

Está localizado no mar Mediterrâneo, a sul da Turquia, a leste da costa do Líbano (figura 1).

Figura 1 - Localização



Fonte: Adaptado do Atlas Geográfico Universal e do Brasil (2010, p. 93)

O artigo tem como objetivo estudar as questões geopolíticas, muito complexas, que envolveram o país desde a sua origem, passando pela colonização inglesa, a independência, os conflitos com a Turquia e a secessão, a entrada na EU e a crise dos bancos, e as consequências. Para elaboração do trabalho foram utilizadas fontes bibliográficas, com base em livros, artigos e sites relacionados a temática.

Breve histórico

Os primeiros registros de ocorrência da presença humana data do VII milênio a.C., no neolítico. A chegada de colonizadores se deu no II milênio a.C., que eram gregos micênicos, em duas etapas distintas. A localização privilegiada, como ponto estratégico e ponte entre a Ásia e a Europa, fez com que fosse invadida por inúmeros povos, como assírios, egípcios, persas (a cujo império foi anexado em 333 a.C.), romanos (e com a divisão deste, passou a pertencer ao Império

Bizantino), califados árabes (que promoveram atos de pirataria), venezianos (por quase um século) e otomanos (por três séculos) até o fim da primeira guerra mundial, em 1918, quando passou à fazer parte do Império Britânico.

Segundo Fernandes (2009, p.30),

"Durante o final da Idade do Bronze na ilha experimentou duas de colonização grega. A primeira consistia de comerciantes gregos micênicos que começaram a visitar o Chipre por volta de 1.400 a.C. Acredita-se que uma grande onda de assentamento grego tenha ocorrido após o colapso da Idade do Bronze da Grécia micênica entre 1.100 e 1.050 a.C. A ilha ocupa um papel importante na mitologia grega por ser o berço de Afrodite e Adonis além da casa dos reis Teucro e Pigmaleão. No século VIII a.C. colônias fenícias foram fundadas na costa sul do Chipre, perto das cidades atuais de Larnaca e Salamis".

A independência aconteceu em 1960, mas os conflitos tornaram-se constantes entre cipriotas gregos e turcos, já que o governo Makarios não conseguia governar, uma vez que a constituição elaborada com grande influência da Grécia, Turquia, e Inglaterra, impunha que a vice-presidência fosse cipriota-turca (pelo critério de proporção étnica). Os conflitos se estenderam, sobretudo, de 1963 a 1967, mas se arrastam por toda a década de 1960, adentrando pela seguinte. Em 1974, um golpe pró-maioria grega, derrubou o governo constituído, o que causou reação turca, e fez com que a Turquia, alegando defender os cipriotas-turcos, invade e ocupam a porção norte-nordeste da ilha. Mesmo sendo considerada ilegal pelo Conselho de Segurança da ONU, que ordenou a retirada das tropas turcas, nunca aconteceu a desocupação. Este fato incentivou a criação da República Turca de Chipre do Norte, nunca reconhecida por nenhum país, a exceção óbvia da própria Turquia e pela Organização da Conferência Islâmica.

AS QUESTÕES GEOPOLÍTICAS

Chipre pode ser considerado do ponto de vista geopolítico, muito complexo, se for levado em conta toda a sua intrincada história e os desdobramentos políticos dela decorrente.

As complexas relações de Chipre com a Inglaterra, Turquia e Grécia

Nos anos 1930, os cipriotas gregos reivindicaram a enósis, ou seja, a união com a Grécia, o que levou a Inglaterra a reagir, estabelecendo “estado de exceção” que durou até 1940. Após a guerra, monsenhor Makarios, primaz da Igreja Ortodoxa de Chipre, tomou a liderança do movimento. Concomitantemente, uma organização secreta, denominada Organização Nacional de Combatentes Cipriotas – EOKA, realiza uma série de atentados contra os britânicos. Estes

não queriam abandonar ilha, viam como um “porta-aviões”, indispensável para o controle do Oriente Médio.

Em 1959, é assinado um acordo entre o Reino Unido, a Turquia e a Grécia, para garantir a independência de Chipre, as bases britânicas e os interesses das duas comunidades. Tendo em vista que os gregos constituíam 80% da população, é acordado que o presidente deveria ser um cristão ortodoxo, mas o vice-presidente teria de ser turco, com direito a veto, além de terem direito a 30% dos postos de administração, e 40% do exército. Makarios é eleito presidente em 1960, não consegue impedir o agravamento das tensões entre gregos e turcos, e em 1964 capacetes azuis da ONU são colocados numa linha de demarcação em Nicósia. O fato de, em 1967, os militares terem tomado o poder na Grécia e estabelecido um regime reacionário, incentivou monsenhor Makarios e muitos cipriotas, de tendência de esquerda, a passarem a repudiar a enósis. Tendo em vista que, tantos os chefes do EOKA, como os oficiais da Guarda Nacional Cipriota, são grandes defensores da união, e desta forma, com a ajuda militar grega, fazem um golpe de Estado contra Makarios, em 15 de julho de 1974. Este fato repercutiu na queda dos militares em Atenas, cinco dias depois, bem como fez com que a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, procurando evitar um conflito greco-turco, bloqueou todas as possibilidades de resposta dos Cipriotas.

Chipre dividido

Devido ao golpe de 1974, a Turquia que temia pela minoria turco-cipriota a quem se havia comprometido a defender, pelo tratado de garantias que havia dado origem ao estado cipriota, levou a cabo uma maciça invasão da parte setentrional do Chipre, através da denominada Operação Átila (também denominada pelos turcos "Operação de Manutenção da Paz"). Conseqüentemente, 37% do território ficou nas mãos turcas e, entre 140.000 e 160.000 grego-cipriotas tiveram que fugir da parte norte da ilha, por conta disso, desde então, a volta dos refugiados as suas terras e a suas propriedades é reclamada.

Segundo Fernandes (2009, p. 35)

“A Turquia, por sua parte, respondeu com a proclamação em 1975 do "Estado Federado Turco de Chipre" e em novembro de 1983 com uma declaração de independência convertendo se na República Turca de Chipre do Norte (RTNC). Entretanto esse estado é reconhecido apenas pela Turquia, que promove a migração de 100.000 anatólidos, e concede-lhes ajudas para atenuarem as graves dificuldades econômicas. O nível médio de vida do norte da ilha é três vezes mais baixo do que no sul.”

Figura 2 – Fragmentação de Chipre



Fonte: <https://saiporai.com/2014/09/26/chipre-uma-ilha-dividida>. Acesso em 14.06.2017.

A parte grega da ilha, onde tanto a Igreja Ortodoxa quanto o partido comunista têm muitos adeptos, a evolução é florescente, graças a vários negócios, à economia “paralela”, às sociedades off-shore, às relações com o mundo de negócios libanês e ao estabelecimento de russos novos-ricos, mas com passaportes israelenses. Os contatos com a Rússia são cada vez mais importantes, e em 1997 o governo cipriota encomendou mísseis russos destinados a assegurar a defesa da ilha contra uma eventual ofensiva turca. Essa pareceu ser uma estratégia russa, pois os mísseis poderiam atingir o porto turco de Adana, onde terminaria o oleoduto que transportaria o petróleo do Cáspio para o Mediterrâneo, obra que era contra o interesse daquele país. O oleoduto terminou por ser concluído em 2005, e os mísseis revendidos à Grécia que os instalou na ilha de Creta. Todo esse processo se desenrolou durante as negociações que visavam integrar a República do Chipre à Comunidade Europeia. Segundo o plano de Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, a reunificação da ilha deveria ser feita por um governo federal central, que dirigiria os dois estados constituintes, cada um deles encarregado dos assuntos locais. Mas este plano foi rejeitado por 78% dos eleitores cipriotas gregos, mobilizados sobretudo pela igreja ortodoxa. Em 2004, a República do Chipre (sul), tornou-se membro da União Europeia, que lhe consentiu todas as revogações a fim de fazer funcionar todas as particularidades da sua economia.

Entre o norte e o sul, foi constituída uma zona tampão contínua a ser guardada pelos capacetes azuis da ONU.

Desde 2015, acontecem série de encontros entre líderes cipriotas gregos e turcos, originando um processo, cujo objetivo era levar à reunificação de Chipre, pondo fim a mais de 40 anos de separação. Apesar do otimismo do então presidente da República Turca do Norte de Chipre (RTNC), Mustafa Akinci, e do homólogo cipriota grego, Nikos Anastasiades, num acordo pusesse fim à divisão da ilha mediterrânica ocorrida em 1974 e formalizada com a declaração de independência da RTNC em 1983, isso não aconteceu até o momento. Para que isso acontecesse, seria necessário um acordo, e quanto mais cedo melhor, para que cada uma das comunidades deixe de olhar a outra, como um estranho ou um inimigo e passe a vê-la como um parceiro para o futuro. É de grande importância um Chipre unificado como ponto de convergência de distintos interesses geoestratégicos regionais, envolvendo, sobretudo a Turquia, a Grécia, mas igualmente o Egito, a Jordânia e Israel. Na intersecção de todos estes interesses, existe ainda a conjuntura de guerra na Síria e no Iraque, a ameaça do Estado Islâmico e das situações de conflito, em diferentes patamares de violência, na Tunísia, Líbia e Egito. Certamente um Chipre unificado sob a estrutura de "um estado federal", com duas comunidades independentes e duas zonas distintas e autônomas, plenamente integrado na União Europeia e com um relacionamento adequado com os Estados da região, poderia desempenhar um papel relevante no quadro geopolítico atual.

A entrada na União Europeia

O início dos esforços para o acordo de associação de Chipre à CEE, foram iniciados em 1960, tinha motivos primordialmente econômicos, objetivando garantir vantagens que advinham da sua relação privilegiada com o Reino Unido. Entretanto o caráter político teve também importância, pois era crença comum que a entrada no bloco funcionaria como catalisador na procura de uma solução para a questão cipriota.

Nesse contexto, segundo Vieira (2010, p. 46),

“[...] a posição dos principais atores envolvidos, leia-se, estados-garante, tal como afirmou Kasculides, é de que a questão de Chipre não é apenas mais um problema internacional, é principalmente um problema europeu, tendo em conta que Chipre é um país europeu, e dado que dois estados-membros, A Grécia e o Reino Unido, estão envolvidos como garantes na independência de Chipre”.

Como o Reino Unido solicitou adesão à CEE em 1961, e tendo em vista que Chipre mantinha com aquele país, seu principal parceiro econômico, acordos de tarifas preferenciais para seus produtos de exportação, também solicitou no ano seguinte um Acordo de Associação à

Bruxelas, com receio de perder o mercado britânico. A decisão de ter optado por acordo de associação e não adesão deveu-se ao fato de se estar no contexto do mundo bipolar, causado pela Guerra Fria. Entretanto, o fato de Chipre fazer parte dos países não alinhados (MNA) era incompatível tanto a uma adesão à OTAN – Organização do Trato do Atlântico Norte, quanto a CEE – Comunidade Econômica Europeia. Os motivos econômicos falaram mais alto.

Como as duas primeiras tentativas do Reino Unido foram rechaçadas pela França, sob o comando De Gaulle, a tentativa cipriota também não se materializou. A mudança política na França levou a aceitação dos ingleses na comunidade em 1971, levando os cipriotas a fazer nova investida que se traduziu na assinatura em 1972, do acordo de associação.

Conforme Brewin (2000, p.40),

“Este Acordo de Associação entre a CEE e a República de Chipre, na essência meramente econômico, não trouxe nenhuma ingerência política nos assuntos internos da ilha, por parte da CEE. Pelo contrário, representou uma escolha pragmática e estratégica dos europeus na bacia do Mediterrâneo. Aliás, a posição europeia, no contexto da invasão turca de 1974, demonstrou a flagrante fraqueza da Comunidade para encontrar uma solução para a crise militar mediterrânea.” (tradução nossa).

O Acordo de Associação entre a República de Chipre e a CEE entrou em vigor em 1973 e englobava as duas comunidades da ilha. Entretanto a invasão turca em 1974, e suas desastrosas consequências para a economia da ilha, levaram a um atraso na implementação do Acordo de Associação. Por força da invasão houve necessidade de se assinar um novo protocolo de transição, em fevereiro de 1980, o que alongou ainda mais a primeira fase de eliminação dos direitos alfandegários. Por conta de tantos percalços, o processo de concretização do Acordo de Associação prolongou-se até 1987. No entanto durante todo esse tempo, Chipre nunca desistiu dos seus intentos de alcançar uma União Aduaneira.

A política da CEE para região mudou muito nos anos 1980, com a entrada da Grécia, Espanha e Portugal, e assinatura de diversos acordos com países da região, o que incrementou a influência europeia na região. Para Malta e Chipre os acordos significavam uma preparação para uma futura adesão, e isso se delineou quando em 1987, foi assinado o acordo de União Aduaneira, que vigorou a partir de 1988, levando os principais partidos cipriotas a interpretar como fase inicial de um futuro processo de adesão.

A União Aduaneira, cujos benefícios se aplicariam a toda a população cipriota, constituiu um ponto de virada para Chipre, e sua relevância era tanto econômica quanto política na medida

em que, além de aproximar economicamente Chipre da CEE, aumentou a determinação cipriota em avançar em direção à Europa.

No entanto os motivos que estiveram na origem do pedido de adesão, acabaram por sinalizar a perda de terreno da tese econômica a favor da tese política, já que na verdade, a questão da futura reunificação da ilha, no seguimento da resolução do conflito cipriota, passou a ter um peso preponderante no racional político.

Devemos destacar que os pedidos de associação e de adesão foram feitos em circunstâncias diversas. Na adesão a ilha já estava dividida e a parte norte se constituía a RTNC - República Turca do Chipre do Norte, sob influência turca, e com economia fragilizada, ao contrário da parte sul que prosperava economicamente. Com base nesta diferença se decidiu, em princípio, que a adesão seria pedida somente para a parte sul, pois se fosse pedida conjuntamente, o norte seria beneficiado com os investimentos da CEE, o que fortaleceria a separação.

Conforme Nicolaidis (1990, p. 59),

“A adesão de Chipre à EU, pelo fato de esta ser uma entidade com elementos supranacionais e de Chipre, enquanto membro, ter a obrigatoriedade de lhe delegar poderes, poderia promover o entendimento entre as duas comunidades cipriotas. Isto porque Chipre, ao delegar a UE decisões políticas, estaria reduzindo as suspeitas de uma comunidade perante as propostas políticas feitas por outra comunidade e vice-versa. Assim ao perder a liberdade de ação política, acabava tornando a adesão politicamente atrativa, na medida em que eliminava a maior fonte de tensão entre as duas comunidades cipriotas”.

O processo de integração europeia, além de ter forçado os partidos políticos cipriotas gregos a aproximarem-se, também conseguiu que as duas comunidades da ilha trabalhassem em conjunto em prol do ideal europeu. Aliás, a mudança de posição do AKEL esteve relacionada com o fato de a grande maioria da população cipriota turca, apoiar a adesão à CEE, embora seus dirigentes fossem contrários. Neste contexto, o AKEL acabou por promover diversas ações cujo objetivo era a aproximação das duas comunidades. Este era o único partido que tinha, desde 1974, um gabinete especificamente direcionado para esse propósito. Os outros partidos (DISY, DIKO e EDEK) acabaram por seguir os passos do AKEL, embora quase três décadas mais tarde, após a comunidade cipriota turca se ter mostrado favorável à CEE. Os cipriotas turcos viam na adesão à CEE uma forma de solucionar o problema de Chipre e também um meio privilegiado para melhorarem o seu nível de vida, pois acabaria com o isolamento econômico. Os dirigentes questionavam-se também sobre a reação dos cipriotas turcos face a esta candidatura e, ao mesmo tempo, pretendiam certificar-se que os estados-membros iriam responder positivamente ao seu pedido.

Segundo Green (2003, p. 46),

"Os dirigentes questionavam-se também sobre a reação dos cipriotas turcos face a esta candidatura e, ao mesmo tempo, pretendiam certificar-se se os estados-membros da CEE iam ser receptivos ao seu pedido. Em ambos os casos sabia-se que o pedido de adesão da República de Chipre iria provocar reações díspares. Por outro lado, a direção da República Turca do Norte de Chipre certamente se oporia a uma candidatura unilateral, embora houvesse, dentro da comunidade cipriota turca, alguns apoiadores deste pedido. Entretanto, dentro do universo dos países membros, certamente a reação não iria ser uniforme, e a única certeza de apoio que existia era dos estados-garante (Grécia, Turquia e Reino Unido)".

Apesar de todas as dúvidas, e devido a pressão e ameaça dos partidos cipriotas gregos favoráveis à adesão (EDEX, DISY e DIKO) o então presidente cipriota grego, Vassiliou, solicitou a adesão em 04 de julho de 1990. Desta data até a consolidação da adesão foi um longo caminho, pois a CE tinha consciência de que teria que tomar decisões, a primeira das quais, e talvez a mais importante nesta altura, estaria relacionada com a aceitação, ou não, do pedido de adesão da República do Chipre em nome de toda a ilha.

Em Junho de 1993, se inicia o intrincado procedimento burocrático pelo qual Chipre teria que passar até se tornar membro da UE. Entretanto a Comissão salvaguardou que a integração de Chipre na Comunidade implicaria que primeiro existisse um acordo pacífico e duradouro para a questão cipriota. Em Outubro de 1993, o Conselho Europeu subscreveu o parecer da Comissão, instruindo-a a começar o seu trabalho com o Governo de Chipre, no sentido de o auxiliar a preparar-se para as negociações de adesão que se seguiriam, bem como para as transições econômicas, sociais e políticas que a futura adesão acarretava. Simultaneamente, o Conselho confirmou que iria continuar a apoiar o trabalho do Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU), tendo em vista o estabelecimento de um acordo político para a questão cipriota.

Nesta primeira fase das negociações, a UE não se envolveu diretamente no conflito e manteve uma posição neutralidade, limitando-se a apoiar as decisões das Nações Unidas. Para alguns estudiosos, o que se verificou foi a falta de consistência das políticas europeias relativamente ao relacionamento entre o processo de alargamento da comunidade e a resolução do conflito cipriota. Assim sendo, a União teria falhado no seu papel de promover uma solução para o problema de Chipre.

Faustmann (2004, p. 57) observa:

“A UE falhou ao permitir adesão sem a solução – pelas razões certas e pelas razões erradas. A Turquia mudou demasiado tarde suas posições, e

a RTNC apoiou Denktash tempo demais e livrou-se dele tarde demais”
(tradução nossa)

Segundo o entendimento de outros, um pouco diferente, UE ao aperceber-se da posição intransigente de Ancara, decidiu não penalizar mais os cipriotas gregos, e no Conselho Europeu de Dublin, de 1996, confirmou-se a elegibilidade de Chipre para aderir à UE e estabeleceu-se um prazo de seis meses após a conclusão da Conferência Intergovernamental de 1996, para se iniciarem formalmente as negociações de adesão. Inaugurou-se também um diálogo estruturado entre a UE e Chipre e que visava preparar este país para a sua adesão à UE, harmonizando as suas políticas e práticas ao padrão europeu. A Comissão considerava que o problema da divisão da ilha deveria ter uma solução satisfatória antes da adesão, entretanto, não excluía a realização de negociações apenas com a parte grega, a única autoridade reconhecida pela lei internacional.

No que diz respeito à cooperação financeira e à assistência pré-adesão, foram assinados quatro protocolos de cooperação financeira entre a UE e a RdC. Estes protocolos abrangeram um período desde 1978 até 1999 e durante o qual se disponibilizaram 210 milhões de euros, distribuídos sob a forma de empréstimos (152 milhões), subvenções (51 milhões), e capital de risco (7 milhões). Os setores mais beneficiados foram os das pequenas e médias empresas, ambiente, energia e transporte.

Apesar de todos os percalços, e boicotes promovidos por questões políticas, Chipre se transformou num canteiro de obras com esses investimentos, e terminou sendo admitida como membro da UE, em maio de 2004, passando a fazer parte da zona do euro em janeiro de 2008.

A crise de 2013

Em 2013, Chipre enfrentou grave crise econômica, um desdobramento de várias outras dentro da Europa. O país integra a zona do euro desde 2008. com uma economia de apenas 17 bilhões de euros, atingiu um endividamento público que alcançou a marca de 145% do Produto Interno Bruto - PIB (ALEXANDROU, 2014). A economia do país sempre sobreviveu às custas do setor de turismo e de suas reservas de gás. A estrutura do sistema bancário ajuda a explicar a crise que ameaçou a economia do país, graças a adoção de uma flexível regulação fiscal que tornou o sistema bancário cipriota bastante atraente para investidores de toda a Europa (imposto sobre a renda de uma empresa no Chipre é de 10% – muito inferior à média europeia, que oscila entre 25% e 35%. Os bancos cipriotas também oferecem taxas de remuneração muito maiores que as praticadas nos outros países da zona do euro e são conhecidos pelo pouco rigor no controle da origem do capital), em especial para milionários russos e ingleses. Tornar-se um paraíso fiscal para investidores ajudou bastante a bancar os custos do Estado. No entanto, a

instabilidade do euro e as incertezas político-econômicas provocadas pela crise que assolava a Europa desde 2009, fizeram o crédito farto desaparecer e mergulhou o país na falência. O primeiro pedido de socorro ocorreu no início de 2012, quando a Rússia concedeu um empréstimo de 2,5 bilhões de euros, com juros de 4,5% ao ano. O segundo pedido de socorro não tardou a acontecer. Em junho de 2012, Chipre tornou-se o quinto país da zona do euro a solicitar à Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) um fundo de resgate capaz de prover liquidez para suas principais instituições financeiras. Na ocasião, o Banco de Chipre e o Banco Popular de Chipre (Laiki) sofriam com os reflexos do colapso da economia da Grécia: ambos detinham uma série de títulos públicos do governo grego e foram obrigados a aceitar um calote parcial dessa dívida, registrando perdas entre 4 e 5 bilhões de euros. Infelizmente, a resposta definitiva dos ministros das finanças da União Europeia (UE) surgiu apenas nove meses depois: a Troika concederia um empréstimo no valor de 10 bilhões de euro, pouco mais da metade dos 17 bilhões necessários para reestruturar a dívida pública do país, caso ele fosse capaz de amealhar, por conta própria, uma garantia de 5,8 bilhões.

Segundo dados do Instituto Internacional de Finanças (IIF), no final de 2013, os depósitos nos bancos cipriotas somavam 70 bilhões de euros. Desse total, 20 bilhões seriam de clientes não residentes na União Europeia – 85% deles russos ou ucranianos. Entretanto Chipre não é formalmente considerado um paraíso fiscal, mas a pouca transparência do sistema bancário do país contribuiu para a desconfiança dos governos europeus e investidores internacionais. Há suspeitas de que os russos utilizam os bancos cipriotas para atividades ilegais, como evasão fiscal e lavagem de dinheiro.

O setor bancário de Chipre, com ativos oito vezes maiores que o tamanho da economia do país, foi fortemente prejudicado pela exposição à combalida economia grega. Os bancos da ilha têm uma situação particular em relação ao resto da Europa. Eles detêm pouca dívida pública e contam principalmente com os depósitos dos correntistas para financiar suas atividades. Hoje, os ativos das instituições financeiras representam 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Chipre, enquanto a média europeia é de 3,5%. Especialistas consideram que esse sistema poderia ainda sobreviver por bastante tempo se não fosse a dependência do Chipre da dívida grega.

A preocupação do mercado era o modo como os líderes da zona do euro lidavam com a crise no país, que representava na época, apenas 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do bloco monetário. Chipre precisava de 17 bilhões de euros para sanar, ao menos provisoriamente, sua dívida pública. A Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) não aceitava arcar com o montante total e tentou impor severas condições para liberar um empréstimo de 10 bilhões. Sem alternativas para levantar o restante do capital, surgiu o

risco de grande parte dos depósitos bancários em bancos cipriotas serem confiscados. Tal situação gerou uma grave crise de confiança nos mercados financeiros. E suscitou a dúvida de que tal prática poderia ser adotada nos demais países do bloco em dificuldade. Quem iria comprar títulos dos governos em crise sem a garantia de que as autoridades financeiras da Europa interviriam sob o risco de um eminente calote? Quem vai manter dinheiro nos bancos dos países em dificuldade se existe o risco de parte desses fundos serem confiscados em uma situação de emergência? Diante de tamanha volatilidade, a economia global foi afetada, e por isso se fazia necessário uma intervenção das autoridades rapidamente para reduzir as incertezas que pairavam sobre o futuro do euro.

As medidas foram desastrosas em certos aspectos, e o euro sofre queda frente às incertezas quanto ao pacote de resgate a Chipre. A inclusão de uma taxa a correntistas na proposta de resgate de 10 bilhões de euros ao país – uma ação sem precedentes na região que alimentou uma onda de pessimismo com o bloco monetário. A decisão dos ministros da Zona do Euro de tributar o dinheiro depositado em contas bancárias em Chipre foi considerada "inquietante" e "surpreendente" pelas principais associações de correntistas europeus, que temiam uma grave crise de confiança entre investidores e denunciam a medida como ilegal.

As consequências foram negativas e teve como resultado uma desconfiança geral que repercutiu na economia, trazendo o receio de que as pessoas começassem a retirar o dinheiro dos bancos para investir em outros serviços, como ouro ou imóveis. E ainda que não houvesse essa corrida em massa dos clientes aos bancos europeus para retirar dinheiro, a decisão abria, ao menos, um sério precedente, pois a União Europeia violou um acordo implícito de que os correntistas deveriam sempre ser protegidos em caso de falência do sistema. No caso específico de Chipre foi o cidadão comum que acabou tendo que arcar com o resgate do sistema financeiro. A decisão de tributar os depósitos em Chipre foi tomada na madrugada de 16 de março de 2013, em Bruxelas, após negociações entre ministros da zona do euro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para salvar o país da bancarrota.

Segundo as autoridades financeiras europeias, Chipre tinha uma situação particular, com um número elevado de contas em nome de estrangeiros, e a medida da União Europeia, teria como alvo principal as pessoas que usam os bancos do país para lavar dinheiro ou fugir do fisco. Chipre se caracterizava como um paraíso fiscal e os europeus queriam acabar com isso, entretanto a medida atingia também o pequeno investidor cipriota, mas sobretudo abalava a instituições europeias. A crise foi superada, mas mostrou as fragilidades existentes, demonstrando que as relações geopolíticas extra UE, existem e são preocupantes, na medida em que podem trazer instabilidades ao bloco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chipre é um elo de ligação entre a Europa e a Ásia, pelos laços que o une tanto à Grécia quanto à Turquia. Entretanto essa dualidade teve sempre um lado nocivo ao desenvolvimento do país, gerando problemas geopolíticos que transcendem a essa disputa entre gregos e turcos, já que a ilha sempre foi alvo de disputas até ser anexada ao império britânico. Os problemas geopolíticos se agravaram pós-independência devido a disputa de poder entre os majoritários gregos cipriotas e os minoritários turcos cipriotas. Essa luta levou à invasão da porção norte pela Turquia, e a posterior criação da República Turca do Norte de Chipre (RTNC), o que gerou muitos problemas para a entrada do país na UE, fato que terminou acontecendo, mas com secessão efetiva do país (embora não formal, devido ao não reconhecimento da comunidade internacional da RNTC), já que só a parte grega foi admitida, em 2004, e aderido a zona do euro em 2008. No entanto a política econômica do país, através de seus bancos, delineava-se como a de um paraíso fiscal, o que veio a gerar a crise dos bancos de 2013, que afetou toda a economia global e desestabilizou o euro. Mesmo com esse percalço superado, ficou claro que ainda que sua participação na UE seja proporcionalmente pequena, o país é peça importante nessa engrenagem, não só econômica, mas também política, já que como estado-membro pode interferir na futura entrada da Turquia na comunidade,

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDROU, F. Chipre lembra os 40 anos da invasão turca e divisão do país. **Revista Exame**, ed. 18 de julho de 2014.

BREWIN, C. **The European Union and Cyprus**. Huntington: Ethoen Press, 2000.

FAUSTMANN, H. “**The Cyprus Question Still Unsolved: Security Concerns and the Failure of the Annan Plan**”, *Suedosteuropa-Mitteilungen*, 06/2004: 44-68. Suedosteuropa – Gesellschaft, Munique, 2004.

FERNANDES, J. P. T. **A Questão de Chipre: implicações para a união europeia e a adesão da Turquia**. São Paulo: Almedina, 2009.

[hipreaesperadesolucaoparaumadivisaoquedurahama...4/10](#). Acesso em 03.06.2017.

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.dn.pt/mundo/interior/c>

<https://saiporai.com/2014/09/26/chipre-uma-ilha-dividida>. Acesso em 14.06.2017.

NICOLAIDES, P. Responding to European Integration: Developing Countries and Services. In: **Journal of Common Market Studies**, vol. XXIX, n. 2 Dez. Oxford: Inglaterra, 1990.

NOUGUE, C. (Tradutor). **Atlas Geográfico Universal e do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

VIEIRA, Marta Susana Barbosa. **A adesão de Chipre à UE: razões, processo e implicações.** Braga (Portugal), 2010. Dissertação (Mestrado) - Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 2010.

¹ Professor Adjunto do Curso de Geografia/UCSAL. Líder do GEPOGEO/UCSAL. E-mail: dasegu@gmail.com

² Licencianda de Geografia/UCSAL. Membro do GEPOGEO/UCSAL. E-mail: mariana_oliveira018@hotmail.com

³ Licencianda de Geografia/UCSAL. Membro do GEPOGEO/UCSAL. E-mail vera.sjesus@hotmail.com

⁴ Licencianda de Geografia/UCSAL. Membro do GEPOGEO/UCSAL. E-mail: mpaivass@yahoo.com.br.